Leônidas Pires admite que Riocentro afetou a imagem do Exército

Brasília — O Ministro do Exército, Leônidas Pires, admite que o atentado do Riocentro afetou a imagem do Exército no Governo passado, mas que agora a instituição está em franca recuperação de seu prestígio. Ele não quis comentar o surgimento de provas que podem determinar a reabertura do inquérito, mas antecipou que dará opinião depois que o Procurador-Geral da Justiça Militar, George Tavares, fizer as diligências determinadas.

Cercado por jornalistas, logo depois de solenidade no Palácio do Planalto, o Ministro do Exército mostrou-se tranquilo, mas reticente ao falar do assunto, tendo em vista o fato de que o Procurador ainda não decidiu a reabertura do inquérito. Quando um repórter perguntou se o atentado afetara a imagem do Exército, ele ponderou:

— A imagem esteve afetada, mas a recuperação é nítida e crescente, o que nos deixa satisfeitos.

Considerar o **Caso Riocentro** um assunto restrito ao Judiciário é a tônica dos ministros com gabinete no Palácio do Planalto.

O Chefe do SNI, Ivã de Sousa Mendes, disse que o Governo não opina sobre o assunto e considerou irrelevante a importância política da retomada das investigações.

O Chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, falou algo parecido:

— O Governo não promove inquérito nenhum com o objetivo de retaliação, mas não impede o desempenho das atividades policiais e judiciais. Esses são fatos normais num contexto social.

José Hugo considerou o fato como de rotina. Esclareceu que esse atentado agora perde toda a relevância adquirida no Governo passado. "Não tem mais conotação de gravidade. E a sociedade tem sensibilidade para saber que este é um fato isolado, sem ligação com as instituições", explicou. Ele avisou ainda "que não existe espírito de revanchismo no Governo. Os fatos serão examinados sem que o Governo interfira a favor ou contra.

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, foi quem mais se esquivou de falar: "Esse processo vem do autoritarismo, não da democracia. Mas sua apuração é uma decorrência do processo democrático."

O Exército considera "encerrado" o caso das explosões no Riocentro e sua eventual reabertura é assunto que só diz respeito às autoridades judiciais. O esclarecimento foi prestado por um oficial do Centro de Comunicação Social do Exército.

Juíza espera ofício entre hoje e amanhã

Os depoimentos a serem colhidos pela 3ª Auditoria do Exército, em cumprimento às diligências que poderão definir a reabertura do Caso Riocentro, serão tomados sempre em audiências públicas, segundo a juíza substituta Maria Leticia de Alencar Machado, que até ontem não havia recebido nenhuma comunicação oficial do Procurador Geral da Justiça Militar, Georges Tavares.

Ela acredita que o ofício de Brasília chegará ao Rio hoje ou amanhã, endereçado à promotora designada para o caso, Hermínia Célia Raimundo Pinto da Silva. As determinações de Georges Tavares não têm prazo para serem cumpridas, porque constituem procedimento judicial não previsto pelo rito processual penal militar, mas a juíza acredita que não devem exceder um mês.

"O que vai acontecer, juridicamente falando, parece ser uma justificativa", disse ela. "Uma pessoa tem conhecimento de um fato, dispõe de testemunhas para ratificá-lo e decide então transformá-lo numa prova judicial. Para isso, requer ao juiz que tome por termo seu depoimento e ouça a testemunha. Os depoimentos então ganham força judicial, constituindo-se numa justificativa. A partir dela, é possível formar ou retomar um processo".

26.09.85, 1.º cad., p. 28

Maria Leticia esclareceu que a primeira decisão sobre as diligências caberá à promotora, que depois de receber o ofício do procurador-geral, examina o assunto, decide (deferindo ou não) e o encaminha à juíza. Se o caso chegar às suas mãos na segunda-feira, ela pretende decidir sobre ele no mesmo dia. "Trata-se de um assunto para ser resolvido o mais rápido possível", disse. Se a promotora encaminhar o caso após 1º de outubro, os depoimentos deverão ser tomados pelo juiz titular da 3a. Auditoria, José Vítor Marques dos Santos, porque a juíza substituta entrará em férias de 30 dias.

Conforme divulgou em Brasília, o Procurador Georges Tavares determinou que sejam ouvidos o Tenente do Exército César Wachulec, ex-chefe de segurança do Riocentro (afastado do cargo pouco antes da explosão de 30 de abril de 81); o engenheiro Nilton Nepomuceno, atual diretor do Centro de Convenções do Riocentro; o Coronel Dickson Graef, que está pedindo a reabertura do caso, e José Geraldo de Jesus, segurança dos artistas que faziam o *show* no dia do atentado. Com os depoimentos dos quatro, ficará formada prova judicial dando conta de que duas bombas foram retiradas do banco traseiro do Puma e outras duas foram recolhidas na casa de força do Riocentro, antes de explodir.

Arquivamento previa caso de reabertura

São Paulo — O Juiz Edmundo França de Oliveira, titular da 1ª Auditoria da Justiça Militar, da 2ª Circunscrição de São Paulo, que presidiu o inquérito sobre a bomba do Riocentro, em 1981 e 1982, disse ontem que não vê inconvenientes na reabertura do inquérito, caso as novas provas sejam de fato importantes. "Quando o arqueei deixei prevista, no final da minha decisão, a hipótese de que ele deveria ser reaberto, caso surgissem novas provas", lembrou.

Ela acredita que a reabertura do inquérito possa contribuir para a realização de investigações mais aprofundadas, que esclareçam alguns pontos que não ficaram claros quando foi arquivado. O juiz pondera que não foi cumprida a destinação básica do inquérito, pois ninguém foi incriminado. "Se não foi descoberto o autor do crime e nem seu mandante, o objetivo básico não foi cumprido", afirmou.

Na ocasião, segundo Edmundo França de Oliveira, foi levantada somente a "vaga suspeita" de que a bomba no Puma, que explodiu no Riocentro, pudesse ter sido colocada por organizações clandestinas de esquerda.

Coronel Faria afirma que ordem não foi sua

O Coronel Sebastião Faria de Paula, que comandava o 18º BPM na época do atentado ao Riocentro, negou ontem que tenha recebido qualquer ordem superior para retirar o policiamento, ou não enviá-lo para o *show* comemorativo do 1º de Maio de 1981. Ele afirma que na noite de 30 de abril, quando o episódio ocorreu, ele já não estava mais no comando do batalhão.

— Naquela noite eu não estava mais lá, pois às 15 horas havia passado o comando, por decisão superior, num ato de rotina — disse.

— Mas o Coronel Ilie Marlen Pereira Lobo afirmou que o senhor havia dado ordens para retirar o policiamento.

— Isso não é verdade — respondeu o Coronel Faria.

— Mas havia um esquema de policiamento montado pelo senhor, não?

— Eu não gostaria de entrar em mais detalhes sobre esse episódio.